

Público 27-09-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	117 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/11

NACIONAL

Governo forma comissão para avaliar voos da CIA

O Governo informou o Parlamento da criação de um grupo de trabalho interministerial, com pessoal dos Negócios Estrangeiros, Defesa e Administração Interna, a propósito da passagem de voos da CIA por Portugal. **P11**



Público	Periodicidade:	Diário	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	117 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	75000	Página (s):	1/11
27-09-2006				

Governo cria comissão para avaliar voos da CIA

Conclusões serão entregues ao mesmo tempo no Parlamento Europeu e na Assembleia da República

NUNO SÁ LOURENÇO

O Ministério dos Negócios Estrangeiros enviou uma informação ao Parlamento dando conta da criação de um grupo de trabalho interministerial “para apreciação dos procedimentos que têm sido seguidos e das fragilidades eventuais do sistema” a propósito da passagem de voos da CIA por Portugal.

A iniciativa foi anunciada ontem aos deputados da comissão parlamentar dos Negócios Estrangeiros. Foi o deputado socialista Vera Jardim, que, em Junho, solicitou a presença daquelas instituições no Parlamento, quem confirmou ao PÚBLICO a chegada da informação do Ministério. A comunicação pouco mais adianta, sem sequer comunicar uma data prevista para as conclusões.

A assessora do ministro dos Negócios Estrangeiros, Paula Mascarenhas, confirmou a criação do grupo de

trabalho e admitiu que um mês será o prazo razoável para a entrega de um relatório. Segundo a assessora, será feita a “recolha de todo o material” e o grupo “avaliará os pedidos de autorização de voo e de aterragem” em solo português. A equipa, que já está a trabalhar, é interministerial, incluindo pessoal dos Negócios Estrangeiros, Defesa e Administração Interna.

Parlamento ouve quatro entidades a 17 de Outubro

A intenção do Governo é entregar as conclusões em São Bento e Bruxelas. “Serão enviadas simultaneamente ao Parlamento Europeu e ao Parlamento”, confirmou Mascarenhas.

O Governo português mostrou-se inicialmente reticente em relação aos pedidos de esclarecimentos do Parlamento Europeu. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, veio a público dizer que dava prioridade a São Bento nos esclarecimentos sobre o caso. Uma opinião partilhada pelos partidos com assento parlamentar, que tinham solicitado que as informações relativas ao caso dos voos da CIA fossem entregues em São

Bento antes das respostas ao Parlamento Europeu.

Também ontem, os partidos parlamentares concordaram em ouvir um conjunto de entidades oficiais por forma a preparar alterações na lei que permitam corrigir as “eventuais fragilidades do sistema”. É por isso que a 17 de Outubro serão ouvidos na Assembleia da República os responsáveis máximos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Instituto Nacional de Aviação Civil, Direcção-Geral das Alfândegas e Direcção-Geral da Aeronáutica.

Numa reunião, no início do mês, com a comissão dos Negócios Estrangeiros, o ministro Luís Amado admitiu que o Governo tinha conhecimento de que aviões da CIA fizeram escala em território nacional, a caminho de Guantánamo.

Falando no final de uma audição no Parlamento, Amado afirmou que as “informações do Eurocontrol são as que o Governo português tem”, sendo que a entidade que controla o tráfego aéreo na União Europeia identificou três ligações entre o aeroporto açoriano de Santa Maria e a base que acolhe a prisão norte-americana. ■